



Junho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 003

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-001

PROVA

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Sobre a efemeridade das mídias

Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação, desde a tábuca de argila, o papiro e o pergaminho até o livro impresso e os atuais meios eletrônicos. O livro impresso, até agora, demonstrou que sobrevive bem por 500 anos, mas só quando se trata de livros feitos de papel de trapos. A partir de meados do século XIX, passou-se ao papel de polpa de madeira, e parece que este tem uma vida máxima de 70 anos (com efeito, basta consultar jornais ou livros dos anos de 1940 para ver como muitos se desfazem ao ser folheados). Há muito tempo se realizam estudos para salvar todos os livros que abarrotam nossas bibliotecas; uma das soluções mais adotadas é escanear todas as páginas e passá-las para um suporte eletrônico.

Mas aqui surge outro problema: todos os suportes para a transmissão e a conservação de informações, da foto ao filme, do disco à memória do computador, são mais perecíveis que o livro. As velhas fitas cassetes, com pouco tempo de uso se enrolavam todas, e saíam mascadas; as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade. Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil sem ficar riscado demais, mas não para verificar quanto dura um CD-ROM, que, saudado como a invenção que substituiria o livro, ameaça sair rapidamente do mercado, porque podemos acessar on line os mesmos conteúdos por um custo menor. Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos são rapidamente perecíveis, ou não sabemos quanto duram e provavelmente nunca chegaremos a saber. Basta um pico de tensão, um raio no jardim para desmagnetizar uma memória. Se houvesse um apagão bastante longo, não poderíamos usar nenhuma memória eletrônica.

Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações. É possível que, dentro de alguns séculos, a única forma de ler notícias sobre o passado continue sendo a consulta a um velho e bom livro. Não, não sou um conservador reacionário. Gravei em disco rígido portátil de 250 gigabytes as maiores obras primas da literatura universal. Mas estou feliz porque os livros continuam em minha biblioteca – uma garantia para quando os instrumentos eletrônicos entrarem em pane.

(Adaptado de Umberto Eco – UOL – Notícias – NYT/ 26/04/2009)

1. É correto deduzir das afirmações do texto que
 - (A) a confiabilidade de suportes simples pode superar a dos mais complexos.
 - (B) a limitação da mídia eletrônica revela-se na transmissão de informações.
 - (C) já houve tempo suficiente para se precisar a durabilidade do disco rígido.
 - (D) a obsolescência de todos os suportes de informação tem a mesma causa.
 - (E) os livros feitos de papel de trapo não resistem mais que cinco séculos.
2. Analisando diferentes mídias, o autor tem sua atenção voltada, sobretudo, para
 - (A) o grau de obsolescência dos livros antigos, mormente os centenários.
 - (B) a conservação dos livros, que se vem revelando cada vez mais precária.
 - (C) o conservadorismo de quem rejeita os suportes modernos de informação.
 - (D) a preservação das informações, quaisquer que sejam seus suportes.
 - (E) a fidedignidade das informações que circulam em suportes eletrônicos.
3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, afirma-se que vem sendo processada a cópia eletrônica de livros para preservar a massa de informações dos volumes que lotam nossas bibliotecas.
 - II. No segundo parágrafo, considera-se não apenas a efemeridade dos últimos suportes de mídia, mas também aspectos éticos envolvidos na transmissão de informações *on-line*.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor sugere que informações impressas em livro estão mais seguras do que as que se vêem processando em suportes mais avançados.

Está correto o que se afirma em

 - (A) III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
4. O autor nega que seja *um conservador reacionário* – negativa que pode ser justificada atentando-se para o segmento
 - (A) *consulta a um velho e bom livro.*
 - (B) *Gravei em disco rígido portátil.*
 - (C) *mais para a difusão do que para a conservação das informações.*
 - (D) *única forma de ler notícias sobre o passado.*
 - (E) *os livros continuam em minha biblioteca.*



5. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) O autor nos lembra que as velhas fitas cassetes, com o uso constante, enrolavam-se e mascavam-se, o que logo as tinha tornado obsoletas.
- (B) Caso fosse outro o tema do congresso realizado em Veneza, o autor, amante dos livros, provavelmente não o havia tomado para comentar.
- (C) Terá sido uma surpresa para muita gente inteirar-se do fato de que, antigamente, livros se confeccionarão com papel feito de trapos.
- (D) Talvez a ninguém ocorresse, antes de ler esse texto, que a durabilidade dos velhos livros pudesse ser reconhecidamente superior à dos novos suportes.
- (E) A cada vez que surge um novo suporte de informações, ter-se-ia a impressão de que ele se revelasse o mais seguro e mais duradouro.
-
6. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Umberto Eco, reconhecido ensaísta italiano, dedica-se com frequência à analisar temas modernos, de cujo estudo muito tem colaborado.
- (B) Muita gente ignora o fato revelado pelo autor, no qual se informa que já houve livros cuja fabricação se valia de um resistente papel de trapos.
- (C) Em Veneza realizou-se o congresso aonde se discutiu a questão de que a efemeridade dos suportes de informação revela-se bastante precária.
- (D) Ainda há muitos livros em sebos, feitos de papel de polpa de madeira, que provaram ter resistido há mais de cem anos de impressão.
- (E) O autor, um intelectual italiano que já não é jovem, pôde comprovar e comparar a qualidade e a durabilidade de diversos suportes de informação.
-
7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:
- (A) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- (B) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- (C) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- (D) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.
- (E) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.
-
8. Na frase *Mas aqui surge outro **problema***, o termo em destaque exerce a mesma função sintática que o termo sublinhado em:
- (A) *Não, não sou um conservador reacionário.*
- (B) *Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil (...)*
- (C) *(...) as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade.*
- (D) *Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação (...)*
- (E) *Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos, são rapidamente perecíveis (...)*
-
9. Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações.
- Preserva-se o sentido essencial da frase acima nesta outra correta redação:
- (A) Difundir, mas não conservar, eis o que se conclui acerca dos suportes modernos, criados para vincular informações.
- (B) Criados os suportes modernos, revelaram-se mais produtivos quanto à difusão do que para conservar as informações.
- (C) É na difusão, e não na conservação das informações, que os suportes modernos revelam maior eficácia.
- (D) Uma vez que foram criados para difundir informações, os suportes modernos tem sua conservação muito menos eficaz.
- (E) Embora criados para difundir e conservar as informações, os suportes modernos não revelam a mesma eficácia.
-
10. Verifica-se correta transposição de uma para outra voz verbal no seguinte caso:
- (A) *os livros continuam em minha biblioteca* (3^o parágrafo) = os livros têm continuado em minha biblioteca.
- (B) *podemos acessar os mesmos conteúdos* = os mesmos conteúdos podem ser acessados.
- (C) *dedicou-se à questão* (1^o parágrafo) = a ela foi dedicada.
- (D) *se realizam estudos* (1^o parágrafo) = estudos sejam realizados.
- (E) *Gravei (...) obras primas* (3^o parágrafo) = tinham sido gravadas obras primas.



Atenção: As questões de números 11 a 18 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Caipiradas

A gente que vive na cidade procurou sempre adotar modos de ser, pensar e agir que lhe pareciam os mais civilizados, os que permitem ver logo que uma pessoa está acostumada com o que é prescrito de maneira tirânica pelas modas – moda na roupa, na etiqueta, na escolha dos objetos, na comida, na dança, nos espetáculos, na gíria. A moda logo passa; por isso, a gente da cidade deve e pode mudar, trocar de objetos e costumes, estar em dia. Como consequência, se entra em contato com um grupo ou uma pessoa que não mudaram tanto assim; que usam roupa como a de dez anos atrás e respondem a um cumprimento com certa fórmula desusada; que não sabem qual é o cantor da moda nem o novo jeito de namorar; quando entra em contato com gente assim, o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e portanto meio ridícula.

Diz, ou dizia; porque hoje a mudança é tão rápida que o termo está saindo das expressões de todo dia e serve mais para designar certas sobrevivências teimosas ou alteradas do passado: músicas caipiras, festas caipiras, danças caipiras, por exemplo. Que, aliás, na maioria das vezes, conhecemos não praticadas por caipiras, mas por gente que finge de caipira e usa a realidade do seu mundo como um produto comercial pitoresco.

Nem podia ser de outro modo, porque o mundo em geral está mudando depressa demais, e nada pode ficar parado. Hoje, creio que não se pode falar mais de criatividade cultural no universo do caipira, porque ele quase acabou. O que há é impulso adquirido, resto, repetição – ou paródia e imitação deformada, mais ou menos parecida. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. É o caso do disco *Caipira. Raízes e frutos, do selo Eldorado, gravado em 1980, que será altamente apreciado por quantos se interessarem por essa cultura tão especial, e já quase extinta.*

(Adaptado de Antonio Candido, Recortes)

11. No primeiro parágrafo, estabelece-se uma contraposição entre as expressões

- (A) *mais civilizados* e *fórmula desusada*, identificando pontos de vista adotados pelos cidadãos.
- (B) *logo passa* e *estar em dia*, destacando parâmetros adotados pelos caipiras.
- (C) *de maneira tirânica* e *está acostumada*, enfatizando as críticas dos cidadãos aos modos caipiras.
- (D) *deve e pode mudar*, sublinhando os impulsos a que os caipiras têm que se render.
- (E) *é atrasada* e *meio ridícula*, acentuando a variabilidade que ocorre com as modas.

12. Ao afirmar que o *universo do caipira (...) quase acabou*, o autor emprega o termo *quase* em função

- (A) de remanescerem repetições e paródias que aludem ao mundo caipira.
- (B) de as mudanças do nosso tempo ocorrerem em alta velocidade.
- (C) de iniciativas culturais que reavivam e fortalecem os costumes caipiras.
- (D) da fermentação cultural que se propaga criativamente nesse universo.
- (E) da autenticidade que o cidadão ainda reconhece nos costumes caipiras.

13. Atente para as seguintes afirmações sobre o primeiro parágrafo:

- I. Com a expressão *o que é prescrito de maneira tirânica*, o autor está qualificando modos de ser, pensar e agir, com cuja imposição os cidadãos estão acostumados.
- II. A submissão dos cidadãos aos valores da moda é a causa de uma alternância de valores que reflete uma clara hesitação entre o que é velho e o que é novo.
- III. No último e longo período, a sequência de pontos-e-vírgulas destaca uma enumeração de traços que identificam um caipira aos olhos do cidadão.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

14. Atentando-se para o 2º parágrafo, é correto afirmar que o segmento

- (A) *Diz, ou dizia* sugere a velocidade com que um novo elemento da moda aprimora um anterior.
- (B) *certas sobrevivências teimosas ou alteradas* designa a precária permanência de costumes caipiras.
- (C) *o termo está saindo das expressões de todo dia* refere-se à moda que deixa de ser seguida.
- (D) *um produto comercial pitoresco* traduz a maneira pela qual o cidadão reconhece a moda que ele mesmo promove.
- (E) *a realidade do seu mundo* está-se referindo ao universo do cidadão.



15. Considerando-se o contexto, constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, os segmentos destacados em:
- (A) (...) *que será altamente apreciado // por quantos se interessam por essa cultura tão especial (...)*
- (B) (...) *uma pessoa está acostumada // com o que é prescrito de maneira tirânica (...)*
- (C) *Nem podia ser de outro modo, // porque o mundo em geral está mudando depressa demais.*
- (D) (...) *hoje a mudança é tão rápida // que o termo está saindo das expressões de todo dia (...)*
- (E) (...) *conhecemos não praticadas por caipiras, // mas por gente que finge de caipira (...)*

16. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. (3º parágrafo)

Atente para as seguintes afirmações, referentes à frase acima:

- I. A expressão *com o fito de fixar* pode ser corretamente substituída por **cuja finalidade é conservar**.
- II. Com a expressão *iniciativas culturais*, o autor retoma o que já havia identificado como *impulso adquirido*, na frase anterior.
- III. O autor deveria ter-se valido da forma **registrem-se**, em vez de **registre-se**, para atender à concordância obrigatória com *iniciativas*.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
 (B) I e II.
 (C) III.
 (D) I.
 (E) II.

17. Há justificativa para esta seguinte alteração de pontuação, proposta para o segmento final do primeiro parágrafo:

- (A) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer que é atrasada; e portanto, meio ridícula.
- (B) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer, que é atrasada, e, portanto, meio ridícula.
- (C) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e, portanto, meio ridícula.
- (D) o cidadão diz: que ela é caipira, querendo dizer: que é atrasada, e portanto meio ridícula.
- (E) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer: que é atrasada, e portanto, meio ridícula.

18. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:

- (A) Enfraquecida, a cultura caipira cujos valores tanta gente se encantou, cede lugar às modas citadinas, de que quase todos tomam como parâmetro.
- (B) A moda sempre existiu, sempre haverá quem a adote, assim como sempre haverá quem não lhe poupe o aspecto de superficialidade.
- (C) A moda, cujos os valores são sempre efêmeros, define as maneiras de vestir e pensar de que se comparam os cidadãos.
- (D) Vive-se num tempo onde as mudanças são tão rápidas que fica difícil acompanhar-lhes em sua velocidade.
- (E) Os modos de ser com que se apropria a gente da cidade são os que lhes parecem mais civilizados.

Atenção: As questões de números 19 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A correspondência oficial não dispensa nem os protocolos de rigor que lhe são próprios, nem a máxima objetividade no tratamento do assunto em tela. Não cabendo o coloquialismo do tratamento na pessoa você, é preciso conhecer o emprego mais cerimonioso de Vossa Senhoria e Vossa Excelência, por exemplo, para os casos em que essas ou outras formas mais respeitadas se impõem. Quanto à disposição da matéria tratada, a redação deve ser clara e precisa, para que se evitem ambiguidades, incoerências e quebras sintáticas.

(Diógenes Moreyra, inédito)

19. A ocorrência de ambiguidade e falta de clareza faz necessária uma revisão da seguinte frase:

- (A) Conquanto ele nos haja dado uma resposta inconclusiva e protelado a decisão, há quem creia que nos satisfará o desfecho deste caso.
- (B) Inconformados com a resposta insatisfatória que nos deu, reiteramos o pedido para que ele não deixe de tomar as providências que o caso requer.
- (C) Ele deu uma resposta insatisfatória à providência que lhe solicitamos, em razão da qual será preciso insistir em que não venha a repeti-la.
- (D) Caso não sejam tomadas as providências cabíveis, seremos obrigados a comunicar à Direção o menos-cabo com que está sendo tratado este caso.
- (E) Causa-nos revolta, a todos, o pouco interesse que ele vem demonstrando na condução desse processo – razão pela qual há quem peça a demissão dele.

20. Quanto ao emprego das formas de tratamento, está correta a seguinte construção:

- (A) Sempre contaremos com os préstimos com que Vossa Senhoria nos tem honrado, razão pela qual, antecipadamente, deixamos-lhe aqui nosso profundo reconhecimento.
- (B) Vimos comunicar a Vossa Excelência que já se encontra à vossa disposição o relatório que nos incumbiste de providenciar há cerca de uma semana.
- (C) Diga a Vossa Senhoria que estamos à espera de suas providências, das quais não nos cabe tratar com seu adjunto – grande, embora, seja a consideração, meu caro senhor, que lhe dispensamos.
- (D) Esperamos que Vossa Senhoria sejais capaz de atender aos nossos reclamos, ao nosso ver justos e precisados de toda a vossa atenção.
- (E) Se preferires, adiaremos o simpósio para que não nos privemos de sua coordenação, Excelência, bem como das sugestões que certamente tereis a nos oferecer.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Considere:

- I. A Emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional, após votada, em único turno, pela maioria absoluta dos seus membros.
- II. As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- III. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- IV. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar delegação ao Senado Federal.
- V. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, terá início no Senado Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, III e V.
- (D) I e IV.
- (E) I, IV e V.

22. A doutrina constitucional tem classificado a nossa atual Constituição Federal (1988) como escrita, legal,

- (A) formal, pragmática, outorgada, semi-rígida e sintética.
- (B) material, pragmática, promulgada, flexível e sintética.
- (C) formal, dogmática, promulgada, rígida e analítica.
- (D) substancial, pragmática, promulgada, semi-rígida e analítica.
- (E) material, dogmática, outorgada, rígida e sintética.

23. Em tema de Poder Constituinte Originário, é INCORRETO afirmar que

- (A) é limitado pelas normas expressas e implícitas do texto constitucional vigente, sob pena de inconstitucionalidade.
- (B) é incondicionado, porque não tem ele que seguir qualquer procedimento determinado para realizar sua obra de constitucionalização.
- (C) é autônomo, pois não está sujeito a qualquer limitação ou forma prefixada para manifestar sua vontade.
- (D) caracteriza-se por ser ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (E) se diz inicial, pois seu objeto final – a Constituição, é a base da ordem jurídica.

24. No âmbito do controle de constitucionalidade, pode-se afirmar que:

- (A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelos Tribunais Federais de Recurso, na forma da Lei.
- (B) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (D) O Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, além de outros, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e o Controlador-Geral da República.

25. Os objetivos do consórcio público com personalidade jurídica de direito público são determinados

- (A) unilateralmente pelo Estado ou Município que tiver maior população em relação ao outro ou outros entes integrantes do Consórcio.
- (B) pelo Governador do Estado em cujo território estão situados os municípios que se consorciarem.
- (C) pela lei federal que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
- (D) pelo Presidente da República no decreto que regulamenta a lei que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
- (E) pelos entes da Federação que se associarem.

26. Quando se fala em ato administrativo discricionário, quer dizer que

- (A) o controle judicial é impossível, pois, a autoridade tem liberdade de atuação na prática do ato administrativo.
- (B) a lei deixa certa margem de liberdade de decisão para a autoridade, diante do caso concreto, de forma que ela poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis.
- (C) a autoridade competente tem arbitrariedade para atuar, podendo, desde que justificadamente, ultrapassar os limites estabelecidos na lei.
- (D) a autoridade tem liberdade de atuação quanto à finalidade, em sentido estrito, do ato administrativo.
- (E) na parte referente à conveniência, a autoridade não tem liberdade de escolha, devendo obedecer ao que dispõe a lei.



<p>27. A respeito do controle judicial da administração pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) O poder Judiciário pode determinar a revogação do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.</p> <p>(B) Todo e qualquer ato da administração, inclusive o discricionário, pode ser objeto de controle judicial.</p> <p>(C) O <i>habeas corpus</i> não é medida adequada para correção de conduta administrativa.</p> <p>(D) O mandado de injunção é medida que visa assegurar o conhecimento ou retificação de informações referentes à vida do impetrante constantes de registro ou banco de dados de entidade governamental ou de caráter público.</p> <p>(E) O controle exercido pelo Tribunal de Contas é controle judicial da administração pública.</p>	<p>31. A responsabilidade objetiva caracteriza-se ante a ausência de</p> <p>(A) dolo do agente.</p> <p>(B) dano.</p> <p>(C) ação (comissiva ou omissiva).</p> <p>(D) culpa do agente.</p> <p>(E) nexo de causalidade.</p>
<p>28. Sobre o impedimento e suspeição para atuar no processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, considere:</p> <p>I. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com cônjuge ou companheiro do interessado.</p> <p>II. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento pode continuar atuando no processo, desde que comunique o fato ao seu superior hierárquico.</p> <p>III. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta média, para efeitos disciplinares.</p> <p>IV. O indeferimento de alegação de suspeição pode ser objeto de recurso, porém sem efeito suspensivo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e IV.</p>	<p>32. A respeito das partes e dos procuradores no direito processual civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) As despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público, serão pagas, afinal, pelo vencido.</p> <p>(B) As sanções impostas às partes em consequência de má-fé serão contadas como custas e reverterão ao Estado.</p> <p>(C) Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão de responsabilidade exclusiva do autor.</p> <p>(D) As despesas abrangem as custas e atos do processo, não incluindo diária de testemunha.</p> <p>(E) Quando a prova pericial tiver sido determinada de ofício pelo juiz, a remuneração do perito será rateada entre as partes.</p>
<p>29. No que tange ao tema do adimplemento das obrigações, tem-se que para a sua validade e formalização:</p> <p>(A) a pessoa que se beneficia com o cumprimento da obrigação não precisa presenciar o ato, assim como pode deixar de ser representada quando da formalização.</p> <p>(B) é necessária a existência de um vínculo obrigacional.</p> <p>(C) não é absolutamente necessária a demonstração da intenção do obrigado no sentido de provar que quer cumprir a obrigação.</p> <p>(D) o cumprimento da obrigação por parte do obrigado não depende necessariamente da concordância do credor.</p> <p>(E) a pessoa que cumpre a obrigação não precisa estar presente ou fazer-se representar no ato da formalização, sendo dispensável tal providência.</p>	<p>33. No processo civil, o acolhimento da alegação de preempção</p> <p>(A) provoca a suspensão do processo por até 30 dias.</p> <p>(B) acarreta a suspensão do processo por até 6 meses.</p> <p>(C) implica na extinção do processo sem resolução do mérito.</p> <p>(D) é causa de extinção do processo com resolução do mérito.</p> <p>(E) não impede o prosseguimento do processo.</p>
<p>30. A personalidade jurídica pública é inerente a</p> <p>(A) fundações instituídas pelo Poder Público se as leis que as criarem assim dispuserem.</p> <p>(B) todas as empresas multinacionais.</p> <p>(C) todos os partidos políticos.</p> <p>(D) todas as empresas públicas.</p> <p>(E) todas as sociedades de economia mista.</p>	<p>34. A respeito da audiência de instrução e julgamento no processo civil, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os peritos e os assistentes técnicos serão ouvidos após os depoimentos pessoais do autor e do réu.</p> <p>(B) o juiz, ao iniciar a instrução, ouvidas as partes, fixará os pontos controvertidos sobre que incidirá a prova.</p> <p>(C) quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.</p> <p>(D) poderá ser dispensada pelo juiz a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.</p> <p>(E) poderá ser adiada, uma só vez, por convenção das partes.</p> <p>35. A respeito dos recursos no processo civil, considere:</p> <p>I. Cabem embargos de declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.</p> <p>II. O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>III. A existência de repercussão geral é requisito de admissibilidade do recurso especial.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I.</p>



36. Robson e Roberval são garçons de restaurantes diferentes. Robson recebe gorjeta cobrada pela sua empregadora na nota de serviço e Roberval recebe apenas gorjetas ofertadas pelos clientes. Neste caso, as gorjetas de
- (A) Robson, apenas, integram o seu salário servindo de base de cálculo para as horas extras.
- (B) Robson, apenas, integram o seu salário, não servindo de base de cálculo para o adicional noturno.
- (C) Robson e Roberval integram os respectivos salários, servindo de base de cálculo, dentre outras verbas, para o aviso prévio.
- (D) Robson e Roberval integram os respectivos salários, servindo de base de cálculo, dentre outras verbas, para as horas extras.
- (E) Robson e Roberval integram os respectivos salários, não servindo de base de cálculo para o adicional noturno.
-
37. Joana é frentista do Posto Amarelo e ao receber um cheque de Douglas, deixou de observar as recomendações previstas em instrumento normativo. Considerando que o cheque foi devolvido sem provisão de fundos, neste caso, sua empregadora
- (A) poderá descontar até 30% do valor do cheque porque os outros 70% fazem parte dos riscos do empreendimento.
- (B) poderá descontar o valor do cheque, havendo orientação jurisprudencial do TST neste sentido.
- (C) não poderá descontar o cheque do empregado.
- (D) só poderá descontar o cheque se Joana concordar expressamente mediante termo escrito e assinado por uma testemunha.
- (E) só poderá descontar 50% do valor do cheque porque os outros 50% fazem parte dos riscos do empreendimento.
-
38. A empresa X contratou Mirtes para a função de secretária executiva. Inicialmente foi elaborado um contrato de experiência de 30 dias. Após o término do contrato a empresa X o prorrogou por mais 60 dias. Neste caso, a prorrogação é
- (A) válida, mas a sua validade depende da anuência dos sindicatos da categoria ou de suprimento judicial.
- (B) inválida, uma vez que o contrato de experiência não poderá ser prorrogado, por expressa vedação legal.
- (C) inválida, uma vez que o prazo máximo previsto em lei para o contrato de experiência são 60 dias.
- (D) válida, uma vez que a empresa X obedeceu as determinações legais existentes.
- (E) inválida, uma vez que o contrato de experiência só pode ser prorrogado por 30 dias e não sessenta dias.
-
39. Considere as afirmativas abaixo a respeito da estabilidade da gestante.
- I. É vedada a dispensa da empregada doméstica grávida desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.
- II. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- III. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
- IV. Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.
-
40. Com relação as férias é INCORRETO afirmar que:
- (A) As férias coletivas poderão ser fracionadas em dois períodos por ano, sendo que cada um deles não poderá ser inferior a quinze dias corridos.
- (B) A indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- (C) O empregador não precisa consultar os empregados sobre a data em que as férias coletivas serão concedidas.
- (D) O empregador terá que comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de quinze dias, as datas de início e fim das férias coletivas.
- (E) Os trabalhadores menores de dezoito anos e maiores de cinquenta têm direito de gozar as férias de uma só vez.
-
41. O pagamento relativo ao período de aviso prévio
- (A) apenas indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS acrescido de 50%.
- (B) apenas trabalhado está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (C) trabalhado ou indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (D) apenas indenizado está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (E) trabalhado ou indenizado não está sujeito à contribuição para o FGTS.



<p>42. Considere as assertivas abaixo a respeito do trabalho temporário.</p> <p>I. Em regra, o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de cento e vinte dias.</p> <p>II. É devido ao trabalhador temporário, dentre outras verbas, adicional noturno, horas extras e aviso prévio.</p> <p>III. O trabalhador temporário poderá ser dispensado com justa causa, como também poderá requerer a rescisão indireta.</p> <p>IV. O estrangeiro portador de visto provisório ou definitivo poderá ser contratado como trabalhador temporário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) III e IV. (C) III. (D) I e II. (E) II.</p>	<p>45. Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora doméstica, Vânia. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e Vânia condenada a pagar para Marta o valor líquido de R\$ 3.000,00. Inconformada Vânia interpôs Recurso Ordinário, que foi conhecido uma vez que todas as exigências legais haviam sido cumpridas e julgado improcedente. Vânia pretende ingressar com Recurso de Revista, neste caso Vânia está</p> <p>(A) obrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista integralmente e acrescido da correção monetária, sob pena de deserção.</p> <p>(B) desobrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista.</p> <p>(C) obrigada a efetuar o depósito recursal referente ao recurso de revista integralmente, sob pena de deserção.</p> <p>(D) obrigada a efetuar 50% do valor do depósito recursal referente ao recurso de revista, sob pena de deserção.</p> <p>(E) obrigada a efetuar 80% do valor do depósito recursal referente ao recurso de revista, sob pena de deserção.</p>
<p>43. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de</p> <p>(A) onze Ministros, nomeados pelo seu Presidente após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(B) onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(C) onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(D) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(E) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.</p>	<p>46. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, na execução trabalhista, procurado o executado por duas vezes no espaço de</p> <p>(A) quarenta e oito horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por edital.</p> <p>(B) trinta e seis horas, não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.</p> <p>(C) quarenta e oito horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.</p> <p>(D) vinte e quatro horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por edital.</p> <p>(E) vinte e quatro horas e não encontrado, deve o oficial de justiça certificar, passando-se para a citação por hora certa.</p>
<p>44. Considere as assertivas abaixo a respeito do agravo de instrumento no processo trabalhista.</p> <p>I. É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo incumbe às partes e não somente ao agravante.</p> <p>II. Caberá agravo de instrumento, dentre outras hipóteses, contra despacho que denegar seguimento a agravo de petição e recurso extraordinário.</p> <p>III. Não é obrigatória a juntada de cópia da petição inicial e contestação na formação do agravo de instrumento.</p> <p>IV. O agravo de instrumento interposto em face de despacho que denegou seguimento ao recurso ordinário será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV. (B) I e II. (C) I, II e III. (D) II, III e IV. (E) I, II e IV.</p>	<p>47. Considere as assertivas abaixo a respeito da arrematação.</p> <p>I. O arrematante deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% do seu valor.</p> <p>II. A fixação de edital na sede da Vara e a publicação em jornal local do anúncio da arrematação são requisitos alternativos.</p> <p>III. Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 horas o preço da arrematação, perderá em benefício do executado o sinal fornecido.</p> <p>IV. Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) II, III e IV. (C) I, II e III. (D) I, III e IV. (E) I e IV.</p>



48. Marta, Mônica e Margarida ingressaram com reclamação trabalhista em face da Prefeitura Municipal de São Luiz. A Prefeitura foi condenada a pagar para Marta R\$ 26.000,00; para Mônica R\$ 17.000,00 e para Margarida R\$ 35.000,00. Considerando que não há súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e que também não há decisão plenária do Supremo Tribunal Federal para nenhuma das três condenações,
- (A) o recurso *ex officio* dependerá de parecer escrito do Ministério Público do Trabalho.
 - (B) todas as reclamações estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.
 - (C) apenas a reclamação de Margarida e Marta estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.
 - (D) apenas a reclamação de Margarida está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
 - (E) nenhuma das reclamações estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.
49. O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas
- (A) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Regional do Trabalho competente, devendo a parte prejudicada interpor agravo de instrumento.
 - (B) não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Regional do Trabalho competente.
 - (C) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, devendo a parte prejudicada interpor agravo de instrumento.
 - (D) impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, devendo a parte prejudicada interpor agravo regimental.
 - (E) não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho.
50. Vinício, analista judiciário (área de execução de mandados) pretende apresentar requerimento ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região em defesa de interesse legítimo. Nesse caso, é certo que esse requerimento deverá ser dirigido
- (A) à autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente para decisão e encaminhado pela Presidência do órgão de classe desse servidor público.
 - (B) ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e encaminhado por advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (C) à sua chefia imediata para decisão, no prazo de trinta dias, e encaminhado pessoalmente, por via postal ou eletrônica.
 - (D) à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
 - (E) ao Juiz do Trabalho competente e encaminhado por intermédio de um representante do Legislativo vinculado à região.